

Narrativas de mulheres de meia-idade em situação de violência praticada por parceiro íntimo

Rafaela de Carvalho Stresser¹
Ana Claudia Wanderbroocke²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender as narrativas das mulheres de meia-idade sobre a violência praticada por parceiro íntimo (VPI). Do exame de inquéritos policiais, foram selecionadas pretensas participantes que sofreram VPI e que tinham 45 anos de idade ou mais. Com as dez mulheres que aceitaram participar foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Houve análise do conteúdo em ciclos, com o auxílio do software ATLAS.ti 7. Desta análise foi identificado o histórico de relacionamentos das participantes e definidas 19 subcategorias que deram origem a quatro categorias: (i) motivos para a permanência no primeiro relacionamento com VPI; (ii) motivos para o término do primeiro relacionamento com VPI; (iii) motivos para a permanência nos demais relacionamentos com VPI; e (iv) motivos para o término dos demais relacionamentos com VPI. Espera-se auxiliar profissionais de diversas áreas a ampliar a compreensão sobre o tema e a intervir de maneira assertiva diante de casos de VPI.

PALAVRAS-CHAVE: violência por parceiro íntimo; mulheres; pessoa de meia-idade; narrativa pessoal.

¹ Mestranda em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Saúde e do curso de graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.

Narratives of middle-aged women in situations of violence perpetrated by an intimate partner

Rafaela de Carvalho Stresser
Ana Claudia Wanderbroocke

ABSTRACT

The objective of this research was to understand the narratives of middle-aged women about intimate partner violence (IPV). From the examination of police inquiries, we selected would-be participants who had experienced IPV and who were 45 years of age or older. With the ten women who agreed to participate, semi-structured interviews were carried out. The content was analyzed in cycles, using the ATLAS.ti 7 software. From this analysis, the participants' relationship history was identified and nineteen subcategories were defined, which gave rise to four categories: (i) reasons for remaining in the first relationship with IPV; (ii) reasons for ending the first relationship with IPV; (iii) reasons for remaining in the others relationships with IPV; and (iv) reasons for ending the others relationships with IPV. It is expected to help professionals from different areas to broaden their understanding of the subject and to intervene assertively in cases of IPV.

KEYWORDS: intimate partner violence; women; middle aged; personal narrative.

1 INTRODUÇÃO

Violência por parceiro íntimo (VPI) é qualquer ação ou omissão, inclusive na forma tentada, que resulta em danos ou sofrimentos, pelo parceiro atual ou ex-parceiro em um contexto união formal ou informal, com ou sem coabitação (Organização Mundial da Saúde, 2021). A VPI contra as mulheres pode se manifestar por qualquer tipo de violência: (a) física – ofensa à integridade ou saúde corporal; (b) psicológica – causa danos emocional, psicológico e à autodeterminação; (c) sexual – limita ou anula o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos; (d) patrimonial – retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, direitos ou recursos econômicos; (e) moral – calúnia, difamação ou injúria (Lei n. 11.340, 2006). Qualquer forma de VPI está baseada na relação de poder e controle do homem em face da mulher, atribuindo, para tanto, superioridade aos homens e inferioridade às mulheres, fundamento da ideologia do patriarcado (Machado, Castanheira, & de Almeida, 2021; Mshweshwe, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2021), uma em cada três mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual pelo parceiro durante a vida. No ano de 2014, de todas as mulheres que sofreram VPI, 50% delas tinham de 30 a 59 anos (Waiselfisz, 2015).

A fase da meia-idade é uma construção social que compõe o processo de envelhecimento compreendida entre os 45 e os 59 anos de idade (Antunes & Silva, 2013). A vivência da mulher de meia-idade configura-se, em parte, pelo modo como cada cultura concebe o processo de envelhecimento e os papéis sociais da mulher, sendo uma experiência histórica e socialmente situada, marcada no tempo e no espaço (Rodrigues *et al.*, 2021). É possível afirmar que é um período marcado por mudanças corporais, como o climatério e diminuição de habilidades físicas; familiares, como viuvez, divórcio, saída dos filhos de casa, chegada de netos, cuidado de mãe e pai idosos; laborais, por exemplo, ingresso tardio no mercado de trabalho, consolidação na carreira, aproximação da aposentadoria; e sociais, como questões identitárias e de papéis sociais e pertinentes a redes e círculos sociais (Borges *et al.*, 2020; Rodrigues *et al.*, 2021).

Apesar de as mulheres de meia-idade também sofrerem VPI, o tema ainda é pouco explorado pelos pesquisadores e merece ser melhor entendido e pesquisado, considerando as diversas realidades individuais e contextos. Existe lacuna na produção de conhecimento sobre a VPI sofrida pelas mulheres de meia-idade pois, a maioria dos estudos sobre VPI tratam de mulheres em idade reprodutiva (Gebreslasie *et al.*, 2020).

Narrativa, neste estudo, é compreendida como descrição estruturada de uma sequência de eventos, histórias de vida, experiências que lhes proporcionam certa coerência e sentido (Murray, 2017; Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013). Assim, a partir do enfoque narrativo se busca os significados construídos por meio da linguagem, em particular a utilizada no cotidiano entre as pessoas, que se conectam com as narrativas culturais mais amplas e moldam a compreensão que elas têm do mundo (Murray, 2017). O objetivo da presente pesquisa foi analisar as narrativas de mulheres de meia-idade sobre a violência praticada por parceiro íntimo.

2 MÉTODO

A presente pesquisa detalhou como o fenômeno é e se manifesta e analisou profundamente os significados advindos das trajetórias e experiências das participantes (Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio, 2013).

PARTICIPANTES

Participaram do estudo 10 mulheres com idade entre 45 e 56 anos, sendo a média de idade de 51,5 anos. As participantes se declararam católica (5), espírita (1), evangélica (3) e adventista do sétimo dia (1). No que diz respeito à renda, a maioria (7) tinha renda mensal de um salário-mínimo. Quanto à ocupação, duas trabalhavam com serviços gerais, duas eram aposentadas, as demais eram operadora de caixa, autônoma, do lar, empregada doméstica, diarista e representante comercial. No que diz respeito ao nível educacional, a maioria (6) tinha o ensino fundamental. Quanto ao número de filhos, a quantidade variou de um a cinco filhos. No momento da entrevista, os filhos tinham idade entre 26 e 39 anos, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Dados sociodemográficos

Participante	Idade	Crença religiosa	Formação	Ocupação	Renda	Número de filhos	Idade dos filhos

					em salário mínimo		
P1	51	Católica	Ensino fundamental completo	Serviços gerais	1	3	33-26
Participante	Idade	Crença religiosa	Formação	Ocupação	Renda em salário mínimo	Número de filhos	Idade dos filhos
P2	50	Espírita	Curso técnico	Aposentada	1	1	15
P3	53	Adventista do sétimo dia	Ensino fundamental completo	Operadora de caixa	1 e meio	5	35-28
P4	56	Evangélic a	Ensino médio	Autônoma	2	1	35
P5	55	Católica	Ensino fundamental incompleto	Do lar	1	5	36-29
P6	45	Católica	Ensino fundamental completo	Serviços gerais	1	2	18 e 10
P7	56	Evangélic a	Ensino fundamental incompleto	Aposentada	1	3	39-35
P8	46	Católica	Ensino fundamental completo	Empregada doméstica	1	1	5

P9	55	Evangélica	Ensino fundamental incompleto	Diarista	1	3	35-28
P10	48	Católica	Ensino superior	Representante comercial	3	2	26 e 8

Fonte: Elaborada pelos autores.

INSTRUMENTO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro previamente estabelecido, permitindo que as participantes falassem livremente sobre os assuntos que surgiram como desdobramento do que foi questionado. O roteiro abrangia os seguintes tópicos: financeiro, social, saúde física, saúde mental, relacionamento com o parceiro íntimo e diferenças entre os relacionamentos íntimos vividos na juventude e na meia-idade. Os tópicos foram abordados em todos os relacionamentos íntimos das participantes.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e autorizada pela autoridade responsável pela Delegacia da Mulher, que disponibilizou inquéritos físicos datados de março de 2019 a setembro de 2020 para consulta manual. A partir dessa consulta, foram escolhidas 53 possíveis participantes, que possuíam 45 anos ou mais e tinham sofrido VPI.

Houve a tentativa de contato telefônico com as pretendidas participantes, sendo que 10 mulheres aceitaram participar da pesquisa. Foi agendado dia e horário para a entrevista e as participantes foram orientadas a estarem sozinhas e em local isolado.

Todas as entrevistas ocorreram por vídeo chamada devido à condição de pandemia pelo Covid-19. Antes do início da entrevista, foi lido e colhido o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Houve a gravação das entrevistas que, posteriormente foram transcritas. A identificação das participantes se deu pela letra P, em

respeito ao anonimato e ao sigilo, seguida de algarismo arábico, conforme ordem da entrevista.

ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, houve a análise do conteúdo em ciclos (Miles, Huberman, & Saldaña, 2014), sendo que no primeiro ciclo foi realizada a codificação geral das entrevistas em que houve a atribuição de significado ao texto e, no segundo ciclo, foram identificados padrões entre os códigos, abstraindo-os em subcategorias, buscando estabelecer relações entre estas, formando as categorias. Foram definidas quatro categorias e 19 subcategorias. O software ATLAS.ti 7 foi utilizado como auxiliar no processo de codificação e categorização dos dados

3 RESULTADOS

Da análise das entrevistas foi identificado o histórico de relacionamentos das participantes (Tabela 2) e foram estabelecidas as seguintes categorias: motivos para a permanência no primeiro relacionamento com VPI; motivos para a permanência nos demais relacionamentos com VPI; motivos para o término do primeiro relacionamento com VPI; e motivos para o término dos demais relacionamentos com VPI.

Tabela 2

Histórico de relacionamentos

Participante	Sequência de relacionamentos*	Duração	Filhos	Violências sofridas
P1	1º	25 anos	3	Violência física e psicológica (constantes)
	2º	2 anos e meio	-	Violência psicológica e patrimonial (constantes), física (único episódio após o rompimento)
	3º	Em curso		Sem violência

P2	1° 2° 3°	5 anos 8 anos em curso	1 - -	Sem violência Violência física, psicológica e patrimonial (constantes) Sem violência
P3	1° 2°	28 anos 2 anos	3 -	Violência psicológica (constante), sexual (tentativa, único episódio), seguida de violência física/ tentativa de homicídio (único episódio) Violência psicológica (constante), física (único episódio)
P4	1° 2°	33 anos 3 anos e meio (em curso)**	1 -	Violência física (único episódio), psicológica (constante e após o rompimento) Violência física/tentativa de homicídio (constante), psicológica (constante), patrimonial (único episódio)
Participante	Sequência de relacionamentos*	Duração	Filhos	Violências sofridas

P5	1º	33 anos	5	Violência física, psicológica e patrimonial (constantes), ameaça de morte/perseguição (por não aceitar o rompimento), psicológica (ainda hoje)
	2º	4 anos		Violência física leve (único episódio), seguida de violência física grave/tentativa de homicídio (único episódio, por não aceitar o rompimento)
	3º	1 ano e 8 meses	-	Violência física (único episódio, por não aceitar o rompimento), no dia seguinte, violência sexual (tentativa) e física (único episódio), ameaça de morte (constante e após o rompimento)
P6	1º	19 anos	2	Violência psicológica (constante) e física (único episódio)
P7	1º	2 anos	1	Violência psicológica, patrimonial, ameaça de morte (por não aceitar o rompimento)
	2º	6 meses	1	Violência psicológica, ameaça de morte, violência psicológica, física, patrimonial, sexual
	3º	32 anos	-	
P8	1º	10 meses	-	Violência psicológica (constante), física (único episódio)

	2º	5 anos	1	violência psicológica, física, patrimonial, sexual
Participante	Sequência de relacionamentos*	Duração	Filhos	Violências sofridas
P9	1º	34 anos	3	Violência psicológica, ameaça de morte
P10	1º	3 anos	-	Violência psicológica
	2º	19 anos	1	Sem violência
	3º	2 anos	1	Violência psicológica, física, sexual, patrimonial (constantes)

Nota. N. = número.

* foi considerado relacionamento aquele em que a participante teve intenção de constituir família.

**no momento da entrevista, estavam separados de fato em razão da medida protetiva.

Fonte: Elaborada pelos autores.

MOTIVOS PARA A PERMANÊNCIA NO RELACIONAMENTO COM VPI

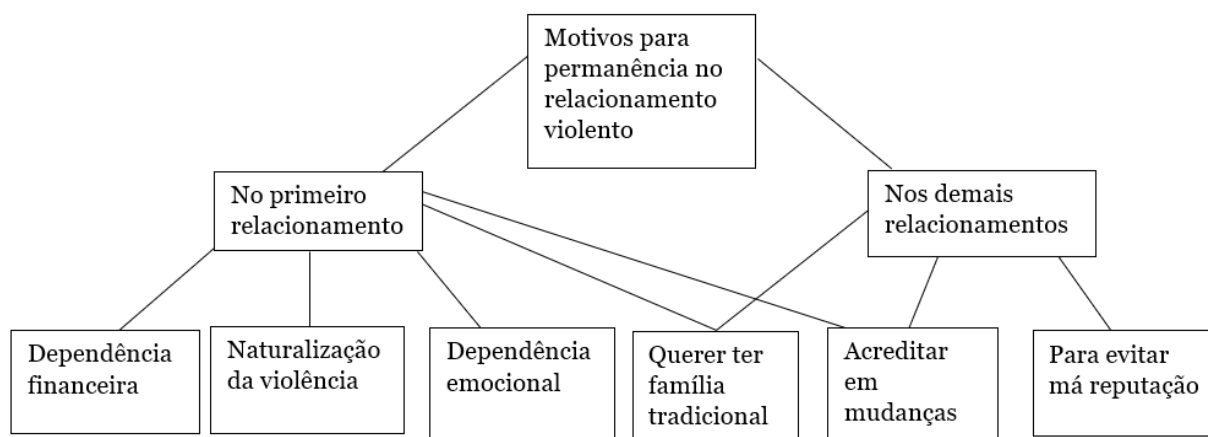
Neste subtítulo encontram-se duas categorias: motivos pelos quais as participantes permaneceram tanto no primeiro quanto nos demais relacionamentos. Apesar de ter sido marcado por diversas formas graves de VPI, conforme ilustrado na Tabela 2, o primeiro relacionamento foi o mais longo. As participantes P1, P3, P4, P5, P6 e P9 permaneceram por cinco motivos: dependência financeira, naturalização da violência, dependência emocional, querer ter família tradicional e acreditar em mudanças.

Após o término do primeiro relacionamento, as participantes P3, P7 e P10 tiveram novos relacionamentos abusivos. Os motivos de permanência nesses relacionamentos

compõem três subcategorias: para evitar má reputação, querer ter família tradicional e acreditar em mudanças, sendo que estes dois motivos estão presentes também no primeiro relacionamento abusivo.

Figura 1

Motivos para permanência no relacionamento violento



Fonte: Elaborada pelos autores.

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Esta subcategoria se caracteriza pela dependência financeira do companheiro como motivo para permanecer no primeiro relacionamento violento, conforme trecho da entrevista da participante P5:

Eu pensava (em separar) quando a minha mãe era viva (...) minha mãe logo faleceu, também meu pai, eu não tinha a quem recorrer (...) não tinha para onde eu ir, não tinha condições financeira, eu não tinha dinheiro para alugar uma casa, eu não tinha dinheiro para nada. (P5)

NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Esta subcategoria se define pela crença de que a violência é algo natural, razão pela qual as participantes se mantinham no relacionamento com VPI, conforme relato da

participante P5: “E eu vivi assim uma vida que eu achava que era normal porque eu me criei no sítio, na roça, com a minha mãe, meu pai, né? Então meu pai era, era alcoólatra batia na minha mãe”.

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL

Esta subcategoria se define pela dependência emocional do parceiro como um motivo para que as participantes permanecessem no relacionamento violento, como é possível observar no trecho da entrevista da participante P9:

Eu ficava igual àquela cachorrinha sem vergonha, que bate, briga, não batia, mas brigava e depois ficava, é, puxando conversa, parecendo que não tinha acontecido nada, de medo de largar (...) é porque eu gostava dele, eu não via, no meu pensamento, eu não via eu separada dele, nem eu com outra pessoa. (P9)

QUERER TER FAMÍLIA TRADICIONAL

Subcategoria que se define pela crença de que a mulher deve ter uma família tradicional com pai e mãe presentes para criar os filhos como um dos motivos para continuar no relacionamento abusivo, conforme relato da participante P1:

A minha educação foi criar os filhos no meio da família, entendeu? Tem pai, tem a mãe ali presente. Então eu aguentei muito tempo calada. (...) Porque a minha criação que o meu pai me deu, é aquela: você casou, você tem que aguentar seu marido tem que fazer a sua obrigação de mulher, de mãe. (P1)

ACREDITAR EM MUDANÇAS

A presente subcategoria representa a crença em mudanças no companheiro como motivo para continuar no relacionamento violento, conforme trecho da entrevista da participante P7, relativo ao 3º relacionamento:

Ele dizia assim é, “me perdoa, eu, você me perdoa, eu juro por Deus que eu não vou fazer mais isso, isso não vai mais acontecer, me dá uma chance, pelo amor de Deus, eu gosto muito de você, você não pode me deixar, eu vou mudar”. (...) Então eu fui. Eu ia deixando, eu tinha dó dele, eu falava, mas eu não posso, eu não vou largar, eu vou tentar, vou esperar, quem sabe ele mude, né? (P7)

PARA EVITAR MÁ REPUTAÇÃO

Esta subcategoria se define pelo motivo de permanência nos novos relacionamentos abusivos para evitar má reputação, conforme relato da participante P7: “Muitas e muitas vezes eu pensei de separar eu, mas eu pensava, meu Deus, eu mais uma vez eu vou separar o que, o que que vão falar de mim? Eu pensava na sociedade, né? Mais do que em mim”.

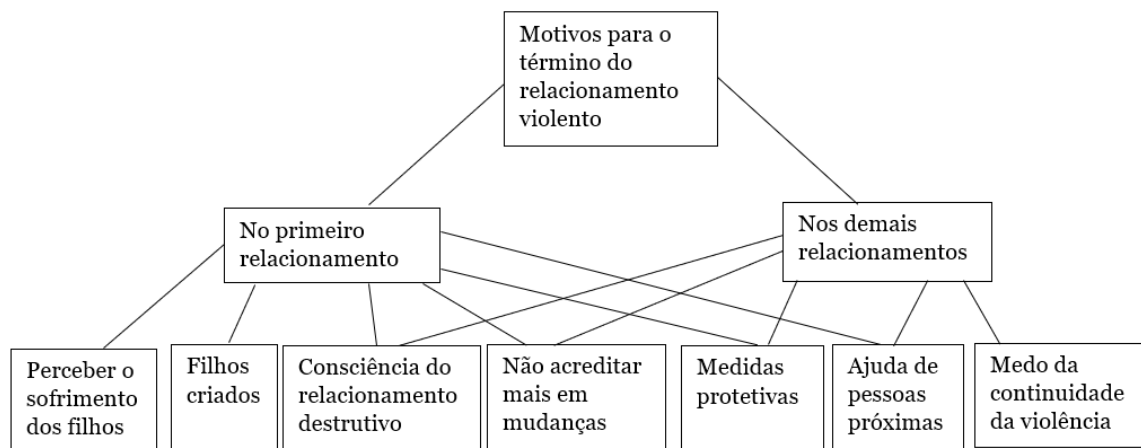
MOTIVOS PARA O TÉRMINO DO RELACIONAMENTO COM VPI

O subtítulo apresenta duas categorias: os motivos pelos quais as participantes terminaram os primeiros relacionamentos violento e os motivos pelos quais terminaram os demais relacionamentos violentos. Os motivos pelos quais as participantes P1, P3, P5, P6, P8 e P10 terminaram o primeiro relacionamento foram agrupados em seis subcategorias: consciência do relacionamento destrutivo, não acreditar mais em mudanças, medidas protetivas, ajuda de pessoas próximas, perceber o sofrimento dos filhos e ter os filhos criados.

Os motivos pelos quais as participantes P1, P2, P4, P5, P7 terminaram os demais relacionamentos abusivos são representados por cinco subcategorias: consciência do relacionamento destrutivo, não acreditar mais em mudanças, medidas protetivas, ajuda de pessoas próximas e medo da continuidade da violência. Assim, há quatro subcategorias que se repetem nos primeiros e nos demais relacionamentos violentos, quais sejam, consciência do relacionamento destrutivo, não acreditar mais em mudanças, medidas protetivas e ajuda de pessoas próximas.

Figura 2

Motivos para o término do relacionamento violento



Fonte: Elaborada pelos autores.

CONSCIÊNCIA DO RELACIONAMENTO DESTRUTIVO

Subcategoria que se define pela consciência do relacionamento destrutivo como motivo pelo qual as participantes terminaram o relacionamento violento. A participante P1 teve consciência do sofrimento: “eu já não aguentava mais sofrer. (...) Eu tinha que ter dado esse basta”. A participante P5 identificou os danos à saúde física e mental: “peguei pressão alta, depressão, deu diabetes, várias coisas, aí ficou tudo por uma, por uma coisa que eu passei com ele né, eu falei não, não vou, não vou ficar né?”.

NÃO ACREDITAR MAIS EM MUDANÇAS

Esta subcategoria demonstra que não mais acreditar em mudanças do parceiro foi determinante para finalizar o relacionamento violento, conforme relato da participante P10: “eu sabia que se eu voltasse, as coisas iriam continuar igual, porque em nenhum momento ele deu sinal de que iria mudar, que estava disposto, né, a mudar por mim”.

MEDIDAS PROTETIVAS

Subcategoria que se caracteriza pelo auxílio de medidas protetivas para pôr fim ao relacionamento abusivo, como ilustrado pela fala da participante P4:

Eu falei “como eu vou pedir para ele sair daqui de dentro?” como ele tinha pagado aluguel tudo, eu falei “ele não vai querer sair. Até porque ele quer ficar junto comigo né, eu falei então eu vou fazer a medida protetiva”. (P4)

AJUDA DE PESSOAS PRÓXIMAS

Esta subcategoria apresenta a ajuda de pessoas próximas, como os filhos da participante P1, como fator que contribuiu para o término do relacionamento violento, conforme relato da participante:

Meus filhos falaram “mãe, chega, a senhora já sofreu 25 anos com o pai, agora a senhora vai sofrer de novo? Se a senhora não correr atrás do, para fazer alguma coisa, que vai fazer vai ser nós”. Daí, para não pôr os meus filhos em risco, para fazer qualquer coisa ou qualquer besteira, daí eu dei um basta. (P1)

PERCEBER O SOFRIMENTO DOS FILHOS

Esta subcategoria mostra que a percepção de que os filhos estavam sofrendo, fez com que as participantes terminassem o primeiro relacionamento violento, conforme relato da participante P1: “eu falei não, agora chega de sofrer e fazer minha filha sofrer junto”.

FILHOS CRIADOS

Esta subcategoria mostra que ter os filhos criados foi fator crucial para que as participantes encerrassem o relacionamento abusivo, conforme trecho da entrevista da participante P1:

Eu vivi com ele 25 anos sendo espancada por ele. E só que eu convivi com ele mais por causa de criar meus filhos. (...) meus filhos já tinham casado tudo (...) eu falei “não, agora chega”, agora eu quero viver. (P1)

MEDO DA CONTINUIDADE DA VIOLÊNCIA

Esta subcategoria se define pelo medo da continuidade da violência como um fator determinante para o encerramento da relação abusiva. A participante P2 terminou o novo relacionamento por medo de que sofresse novas agressões físicas graves: “Ele me mandou 3 vezes pro hospital, chega né? (...) e quando ele fez a terceira (agressão física), aí eu falei não, agora é minha vez de fazer (...) eu tinha chamado a polícia”.

4 DISCUSSÃO

Motivos como querer ter família tradicional, naturalização da violência e para evitar má reputação foram relevantes na permanência das participantes nos relacionamentos abusivos. Motivos que estão fundamentados no patriarcado, pois a exigência de se ter família tradicional, leia-se, pai e mãe em casa para criar os filhos garante a subserviência ao marido e aos filhos e o auto sacrifício da mulher (Natal, 2021).

A obrigação de ter uma família tradicional está intimamente ligada ao mito de que é melhor os filhos terem um pai em casa, mesmo que seja perpetrador de violência, do que não terem um pai presente (Sani & Pereira, 2020). Mito que é reforçado pela crença de que o divórcio causa aos filhos danos emocionais maiores do que presenciar VPI (Sani & Pereira, 2020).

Sob o pretexto da criação dos filhos a separação seria inaceitável, fazendo com que a mulher seja compelida a aceitar todo e qualquer tipo de violência em nome dessa inviolabilidade. É assim que o patriarcado naturaliza a violência sofrida e deixa a mulher mais vulnerável à VPI (Natal, 2021).

Por isso, ainda hoje, mulheres que revelam sofrer VPI se sentem com medo, desacreditadas, julgadas, culpadas e envergonhadas pelos episódios de violência (Natal, 2021). Sentimentos que dificultam a revelação, a busca por ajuda e a separação, razão pela qual a mulher decide permanecer no relacionamento violento, mesmo já tendo tido a experiência da VPI em relacionamento prévio.

Dependência emocional, motivo de continuidade no relacionamento abusivo, é a vinculação das demandas afetivas pessoais ao parceiro (Fonsêca *et al.*, 2020). A dependência emocional fez com que as participantes tivessem relacionamentos desiguais com os parceiros, em razão da necessidade de agradar e do medo da separação, fazendo com que elas se sujeitassem à VPI (Fonsêca *et al.*, 2020).

Ocorre que a dependência emocional pode justamente decorrer da VPI pois, ao sofrer violência, as mulheres estão sujeitas a variadas formas de manipulação psicológica utilizadas pelos parceiros para exercer controle e poder sobre elas (Ko & Park, 2020). Uma forma de manipulação é fazer com que as mulheres acreditem em crenças limitantes sobre elas mesmas, gerando sentimentos de baixa autoestima, medo do abandono e sensação de insuficiência, fazendo com que elas acreditem que sejam incapazes de sobreviver sem o companheiro.

Outra forma de manipulação se dá por meio do medo, em que o companheiro cria um clima de terror e as parceiras passam a temer pela própria vida, ainda mais diante da decisão de rompimento do relacionamento, como demonstraram os processos de feminicídio analisados por Soares, Azevedo e Vasconcellos (2023). Assim, em razão desse contexto de pânico e de medo da morte as mulheres perdem a vontade e a habilidade de resistir (Ouellet *et al.*, 2022), assumindo comportamentos de evitação, de adaptação e de submissão, como mecanismos de defesa, para evitar episódios de violência (Both *et al.*, 2020).

Acreditar em mudanças do parceiro foi outro motivo para permanecer tanto no primeiro quanto nos demais relacionamentos violentos. O que mostra que acreditar, desejar e até mesmo agir em prol da mudança do parceiro fizeram com que as participantes permanecessem no relacionamento abusivo, mesmo já tendo passado por outro anteriormente. Ocorre que a permanência de algumas das participantes nesse novo relacionamento foi mais curta, conforme Tabela 2, o que pode ser explicado justamente pela experiência prévia em um relacionamento em que sofreram VPI. Resultado que indica a necessidade de novas pesquisas para serem aprofundados.

Esperar mudanças no parceiro está intimamente ligado aos pedidos de perdão e promessas de melhoras realizadas pelo companheiro que se caracterizam como comportamentos violentos e manipuladores, cujo único propósito é fazer com que a parceira acredite, engaje-se e se sinta responsável pela mudança. Episódio de violência seguido do arrependimento do parceiro, pedido de desculpas, agrados e melhoras pontuais e temporárias no comportamento são padrões de comportamentos que se repetem fazendo parte de um ciclo de violência já retratado na literatura (Walker, 2009).

Dependência emocional, acreditar em mudanças do parceiro, querer ter família tradicional, naturalização da violência e para evitar má reputação são motivos de permanência nos relacionamentos que podem ser revertidos ou amenizados por meio de intervenções em saúde mental a fim de interromper a violência que está em curso. Para tanto, se faz necessária a intervenção de profissionais com estratégias apropriadas, com foco, por exemplo, na

aprendizagem da flexibilidade psicológica que permite àquelas mulheres que têm sintomas de stress pós-traumático tomar decisões consistentes mesmo durante a situação de estresse (Lutwak, 2018).

A dependência financeira, ou seja, a ausência de condições materiais para arcar com o cuidado e com o sustento dos filhos e com o próprio sustento em caso de separação, por exemplo, não ter para aonde ir, foi uma das causas que as mantiveram no primeiro relacionamento violento. Situação que condiz com o apontado pela literatura, de que a escassez de recursos materiais e a dependência econômica são fatores que fazem com que as mulheres fiquem nos relacionamentos apesar de sofrerem VPI (Sani & Pereira, 2020). Por outro lado, sofrer VPI também é um fator de risco para que as mulheres continuem dependentes economicamente, como quando os parceiros as impedem de trabalhar fora ou ainda não conseguem se manter no trabalho pelas faltas recorrentes em razão das consequências físicas da violência. De modo que a VPI e a falta de recursos materiais passam a integrar um ciclo difícil de escapar (Gilroy, Nava, & Ellis, 2019).

Apesar de a dependência financeira ter influenciado as participantes a permanecerem no primeiro relacionamento, a questão financeira não foi um motivo de término do primeiro relacionamento. O que demonstra que as participantes não tiveram melhoras materiais relevantes durante o relacionamento abusivo que permitissem o término da relação. Situação que corrobora o entendimento de que sofrer VPI é um fator que contribui para a ausência de autonomia financeira da mulher (Gilroy, Nava, & Ellis, 2019).

A questão financeira não foi identificada como motivo de continuidade nem como motivo de término dos demais relacionamentos abusivos. Pode-se supor que as participantes, após o primeiro relacionamento, pudessem estar mais estabilizadas financeiramente, uma vez que, conforme encontrado nos resultados, os filhos já estavam criados e alguns já tinham saído de casa, o que diminuiria os gastos e poderia fazer com que as mulheres adquirissem maior autonomia financeira. Pesquisas futuras são necessárias para melhor compreensão do tema no que diz respeito a mulheres de meia-idade e aos seus respectivos históricos de relacionamentos.

O oferecimento de serviços públicos, como creches e escolas em tempo integral, assim como o suporte de amigos e parentes, com o oferecimento de moradia provisória e auxílio com os filhos, poderiam diminuir a dependência do parceiro e aumentar as chances de encerramento do relacionamento abusivo. Ocorre que muitas mulheres não contam com o suporte de amigos e familiares seja porque não têm essa rede de apoio, seja porque têm essa rede, mas os membros não têm condições financeiras para auxiliar, como se observou com

as participantes desta pesquisa. Estudos apontam que ter mais recursos financeiros permite que as mulheres estejam em uma posição melhor para sair do relacionamento abusivo (Barrios *et al.*, 2020), inclusive com maior suporte de amigos (Burrage, Gagnon, & Graham-Bermann, 2018).

Implicações da VPI na saúde física e mental são amplamente encontradas na literatura, como, sintomas de stress pós-traumático, depressão, ansiedade, impulsividade, hipertensão e dores de cabeça, sendo que quanto maior o tempo de exposição à violência mais danos são acumulados (Lutwak, 2018). Foi a consciência de que o relacionamento era destrutivo que levou as participantes a acabar com a relação abusiva, tanto do primeiro quanto dos demais relacionamentos.

O tempo que as participantes levaram para encerrar o primeiro relacionamento foi muito maior do que o tempo que levaram para chegar ao término dos demais relacionamentos, conforme Tabela 2. É possível supor que a trajetória de vida marcada pela experiência de um primeiro relacionamento com violência possa explicar a menor duração das relações, inclusive por medo de que voltassem a sofrer as violências que sofreram no passado.

O fato de as participantes terem vivido um relacionamento violento seguido de outro relacionamento violento gerou acúmulo de traumas sofridos. Assim, intervenções na área da saúde mental que considerem os traumas advindos da VPI, com atenção a sintomas como stress pós-traumático, que ajudem a lidar com dificuldades interpessoais e de sentimentos, enquanto se reconectam com a vida cotidiana, podem reduzir a reincidência das mulheres em relacionamentos abusivos (Lutwak, 2018).

As medidas protetivas, previstas na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006), mostraram-se ferramentas eficazes na separação de fato entre a parceira que sofreu violência e o parceiro perpetrador da VPI. Separação forçada pelo Estado que, por ter permitido a retirada imediata do parceiro da residência, garantiu a segurança física e mental dessas mulheres e, também, o começo de um distanciamento emocional dos parceiros.

Além dos serviços de segurança pública, tendo como exemplo o cumprimento das medidas protetivas, existe uma rede de atendimento composta por outros serviços públicos que poderiam auxiliar as mulheres que sofrem VPI a colocar um ponto final nessas relações, como a Casa da Mulher Brasileira, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as Casas de Acolhimento Provisório, as Casas-abrigo, as Unidades da Atenção Básica de Saúde e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). No entanto, algumas participantes se limitaram a procurar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, relatando falta de conhecimento sobre os

demais serviços, o que pode ser justificado por uma maior importância social atribuída a serviços de reparação, como o Judiciário e as Delegacias, do que aos serviços de prevenção, como serviços ligados à assistência social e à saúde mental.

Dos resultados concluiu-se que o suporte exercido pelos filhos adultos foi essencial para o término dos novos relacionamentos. Sendo que, em razão da VPI sofrida pela mãe, muitas relações entre mães e filhos ficam mais fortes e muitos filhos acabam por assumir uma postura protetora (Natal, 2021). O suporte de pessoas próximas é essencial para a autorregulação, a promoção de recursos e habilidades a que elas possam recorrer para lidar com situações adversas e enfrentar os efeitos resultantes da experiência abusiva (Sani & Pereira, 2020).

Um ponto importante relacionado ao término do primeiro relacionamento abusivo esteve relacionado ao fato de que os filhos estavam criados. Existe uma relação entre este motivo e o motivo de permanência no primeiro relacionamento de querer ter família tradicional para criar os filhos. Pois, se as participantes permaneceram no relacionamento abusivo para cumprir a exigência do patriarcado de ter família tradicional para criar os filhos, uma vez que elas consideraram que os filhos estavam criados e, frise-se, foram criados por pai e mãe presentes, elas cumpriram essa obrigação e agora lhes é permitido separar. Dessa forma, mesmo o rompimento do relacionamento abusivo está, em certa medida, sob a influência do patriarcado, uma vez que o divórcio apenas se deu após a criação dos filhos.

Neste sentido, poderiam ser úteis campanhas informativas frequentes sobre formas de violências contra a parceira nos relacionamentos, consequências na saúde física e mental para a mulher que sofre e para os filhos que presenciam VPI e a desmistificação de crenças do patriarcado. No Brasil, em nível nacional, campanhas que tenham esse foco preventivo não são realizadas de forma recorrente, mais comum são campanhas que tenham enfoque reativo, como por exemplo, a Campanha Sinal Vermelho, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata do pedido de ajuda por meio de marca vermelha na palma da mão³.

Espera-se que o presente trabalho, a partir das narrativas das mulheres, permita uma maior compreensão sobre a complexa experiência da VPI, em especial sobre as motivações para ficar no relacionamento e para deixá-lo. E, ainda, que auxilie os profissionais da saúde pública, profissionais da segurança pública e do Judiciário a oferecer uma intervenção qualificada, auxiliando as mulheres a superar as situações que influenciam na permanência e

³ Para mais informações, acesse: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contr-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>

na reincidência nos relacionamentos violentos. E, em última análise, colaborar com a diminuição da VPI sofrida por mulheres de meia-idade.

Para avançar na investigação das narrativas de mulheres que sofreram VPI, trabalhos futuros poderiam comparar as narrativas de mulheres que: tiveram filhos com as que não tiveram filhos; de várias regiões do país ou mesmo de países diferentes, na tentativa de identificar diferenças culturais; e de outras faixas de renda, tendo em vista ter sido encontrado como resultado a dependência econômica. Entrevistar mulheres que sofreram VPI, mas que não chegaram a iniciar inquérito na Delegacia da Mulher, pode revelar outros motivos de permanência e de término do relacionamento violento. Futuros trabalhos poderiam focar no processo de tomada de decisão de deixar o relacionamento violento das mulheres de meia-idade em comparação com mulheres mais jovens e idosas.

REFERÊNCIAS

- Antunes, P. de C., & Silva, A. M. (2013). Elementos sobre a concepção da meia-idade, no processo de envelhecimento humano. *Revista Kairós Gerontologia*, 16(3), 123-140. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2013v16i3p123-140>
- Barrios, V. R. *et al.* (2020). Future directions in intimate partner violence research: an intersectionality framework for analyzing women's processes of leaving abusive relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(23-24), 1-26. <https://doi.org/10.1177/0886260519900939>
- Borges, J. V. *et al.* (2020). Identidade e consumo na meia-idade: uma perspectiva teórica. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 10(1), 62-75. <https://doi.org/10.4025/rimar.v10i1.46111>
- Both, L. M. *et al.* (2020). Intimate partner violence against women: Operationalized Psychodynamic Diagnosis (OPD-2). *PLoS ONE*, 15(10), e0239708. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239708>
- Burrage, R. L., Gagnon, M., & Graham-Bermann, S. A. (2018). Trauma history and social support among American Indian/Alaska native and non-native survivors of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-20. <https://doi.org/10.1177/0886260518772103>
- Fonsêca, P. N. *et al.* (2020). Evidências psicométricas do 'Cuestionario de Dependencia Emocional' (CDE). *Avaliação Psicológica*, 19(1), 67-77. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1901.16791.08>

- Gebreslasie, K. Z. *et al.* (2020). Intimate partner violence during pregnancy and risk of still birth in hospitals of Tigray region Ethiopia. *Italian Journal of Pediatrics*, 46(1). <https://doi.org/10.1186/s13052-020-00857-w>
- Gilroy, H., Nava, A., & Ellis, P. (2019). "Getting my independence back": economic solvency program ideas from residents of a women's shelter. *Public Health Nursing*, 36(3), 303-309. <https://doi.org/10.1111/phn.12586>
- Ko, Y., & Park, S. (2020). Building a new intimate relationship after experiencing intimate partner violence in victim-survivors of South Korea. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(1-2), 3-24. <https://doi.org/10.1177/0886260518814265>
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Lutwak, N. (2018). The psychology of health and illness: the mental health and physiological effects of intimate partner violence on women. *The Journal of Psychology*, 152(6), 373-387. <http://doi.org/10.1080/00223980.2018.1447435>
- Machado, D. F., Castanheira, E. R. L., & de Almeida, M. A. S. (2021). Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(suppl 3), 5003-5012. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>
- Miles, M., Huberman, M., & Saldaña, J. (2014). *Qualitative data analysis: a methods sourcebook* (3ª ed.). Washington DC: Sage Publications.
- Mshweshwe, L. (2020). Understanding domestic violence: masculinity, culture, traditions. *Heliyon*, 6(10), e05334. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e05334>
- Murray, M. (2017). Narrative social psychology. In B. Gough (Ed.), *The Palgrave handbook of critical social psychology* (pp. 185-205). Palgrave Macmillan. <http://doi.org/10.1057/978-1-137-51018-1>

- Natal, M. (2021). Intimate partner violence experiences among Puerto Rican mothers. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(5-6), 1-26.
<https://doi.org/10.1177/0886260520944556>
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>
- Ouellet, F. et al. (2022). Co-occurrence of violence on the severity of abuse in intimate relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(23-24), 1-26.
<https://doi.org/10.1177/08862605211064238>
- Rodrigues, L. S. A. et al. (2021). Centralidade de vínculos familiares na experiência de mulheres de meia-idade. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55, e03734.
<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020020503734>
- Sampieri, R. H., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, M. del P. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). Porto Alegre: Penso. (Publicado originalmente em 2010).
- Sani, A. I., & Pereira, D. (2020). Mothers as victims of intimate partner violence: the decision to leave or stay and resilience-oriented intervention. *Social Sciences*, 9(10), 174.
<http://dx.doi.org/10.3390/socsci9100174>
- Soares, T. G., Azevedo, R. G. de, & Vasconcellos, F. B. de. (2023). Feminicídio e as dimensões da violência de gênero no sistema de justiça criminal: uma pesquisa de campo em Pelotas (Rio Grande do Sul). *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 10, 1-41. <https://doi.org/10.19092/reed.v10.744>
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. <https://flacso.org.br/?project=mapa-da-violencia>
- Walker, L. E. (2009). *The battered woman syndrome* (3ª ed.). Nova York: Springer Publishing Company.

Rafaela de Carvalho Stresser: Mestranda em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná.

Ana Claudia Wanderbroocke: Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Saúde e do curso de graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.

Data de submissão: 18/12/2024

Data de aprovação: 04/09/2025